


Outubro de 2024

122

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



**Terceira Escola de
Agroecologias do Sul
comunidade e organização
contra a violência**

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da *Alianza Biodiversidad* orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org

Anafae

octavio.sanchez@yahoo.com

Base-Is

mpalau@baseis.org.py

Campaña de la Semilla
de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl

Centro Ecológico

serra@centroecologico.org.br

CLOC-Vía Campesina

secretaria.cloc.vc@gmail.com

Colectivo por la Autonomía

erobles_gonzalez@hotmail.com

GRAIN

grain@grain.org

Grupo ETC

grupoetc@etcgroup.org

Grupo Semillas

semillas@semillas.org.co

Red de Coordinación en Biodiversidad

rcbcostarica@gmail.com

REDES-AT Uruguay

biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Maria José Guazzelli, Brasil

Leonardo Melgarejo, Brasil

Fabián Pachón, Colômbia

Germán Vélez, Colômbia

Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica

Henry Picado, Costa Rica

Camila Montecinos, Chile

Francisca Rodríguez, Chile

Elizabeth Bravo, Equador

Xavier León, Equador

Ma. Fernanda Vallejo, Equador

Octavio Sánchez, Honduras

Evangelina Robles, México

José Godoy, México

Silvia Ribeiro, México

Verónica Villa, México

Marielle Palau, Paraguai

Mariano Beltrán, Uruguai

Martín Drago, Uruguai

Administração

Marielle Palau

mpalau@baseis.org.py

Edição

Ramón Vera-Herrera

constelacion50@gmail.com

Desenho e formatação

Daniel Passarge

danielpassarge@gmail.com

Editorial:

A violência que corrói tudo 1

12 de outubro: o futuro é indígena

Darío Aranda 2

Manifesto do Congresso Popular, Político e Científico de Agroecologia

Participantes do congresso 5

Declaração: Contra a violência

Povos, comunidades e organizações do México 8

Redomesticação e a edição de genes de cultivos

Elizabeth Bravo 13

As Agroecologias do Sul: visão, proposta e luta

Mel Herrera, Verina Días y José Godoy 15

Uma panorâmica e muitos pontos de vista

Escola das Agroecologias do Sul: Tecendo a palavra comum 19

A foto da capa faz parte de uma série de fotos do povo Mapuche que Darío Aranda nos proporcionou. Essa foto com as bandeiras espalhadas pela cidade é de Natalia Roca < Minga. Fotos livres pela soberania alimentar e pelo bem viver. A foto do homem sentado é do Coletivo Luan <Minga. Fotos livres pela soberania alimentar e pelo bem viver. As fotos desta edição foram tiradas por diferentes grupos. Os do Congresso de Agroecologia são do Comitê de Impulso del Movimiento Agroecológico Colombiano, os desenhos do manifesto Contra a Violência são de Rini Templeton, uma artista muito querida na América Latina por seu grande comprometimento com as lutas populares (veja seu trabalho em RiniArt.com)

As fotos da Redomesticação foram tiradas por Rodolfo González Figueroa e Ramón Vera-Herrera. As fotos das Agroecologias do Sul são de autoria de diversos participantes. Seu crédito está na página. Esse número foi especialmente coletivo. Aqueles que colaboraram com seu trabalho para a Terceira Escola de Agroecologias do Sul declaram:

Somos Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e Associada da ABA (Associação Brasileira de Agroecologia), Alsakuy Agroecológica, Alianza Biodiversidad, Anamuri, Asociación de Productores Urbanos Sucre, Asociación Nacional de Productores Agropecuarios, Asociación Nacional de Productores Ecológicos del Perú, Ateneo La Vaquita, Asociación de Vecinos Autoconvocados de Loncopue, CAMU, Centro Agroecológico Longaví, Colectivo Ambiente Tabanoy, Red de Huertas Aliadas, Colectivo Casa de Semillas Criollas y Nativas Desde la Raíz, Colectivo Ecológico de Acción, Escuela de Activismo Agroecológico Reberde, Colectivo Huerta Muisca, Colectivo Minguero Kajue Coffee Wetha, Colectivo Viraje a Tierra, Comunidad Lickanantay de Toconao, Conamuri, Conciencia Panul, Confederación de Campesinos Agroecológicos del Ecuador, Consejo Comunitario Afro Vallecito, Consorcio Agroecológico Peruano, Cooperativa Agroecológica de Abastecimiento Germinando Conciencia, Coordinación por el Agua, Red de Jóvenes por la Soberanía Alimentaria Consejo de la Nación Charrúa, Coordinadora Nacional Campesina Eloy Alfaro, Escuela de Saberes Agroecológicos de Paine, Fensuagro-Colombia, Grupo de Agroecologia Chinampera Tezhuilo, Articulación de IALA's, IALA Guarani, IALA María Tingó, IALA María Cano, IALA Ixim Ulew, IALA Paulo Freire, IALA Sembradoras de Esperanza, IALA Amazónico, CEFIC, Unicam Suri, ELAA, Instituto de Desarrollo y Medio Ambiente, Jóvenes por Juliaca, Movimiento Agroecológico de América Latina y el Caribe, Movimiento dos Pequenos Agricultores, Organización de Jóvenes de Grau, Organización de Lucha por la Tierra, Red Agroecológica del Sur, RED de Artesanos con Identidad Cultural, Red de Huerteras Urbanas de Valparaíso, Red Internacional de Forestería Análoga, Red Latinoamericana de Agroecologías para la Paz, Red nacional de semillas nativas y criollas del Uruguay, Red de Productores Agroecológicos de la Comarca Andina, Semillero de Investigación en Agroecología HISHA, Servicios del Pueblo Mixe A.C, Sindicato de Pequeños Agricultores de Cundinamarca, Tenedor Social Inc, Terrazas Verdes, Universidad Autónoma de Nayarit, URAI. Somos también seres independientes que, ao mesmo tempo, tecem comunidade.

Somos Verónica, Eduardo, Georgina, Camila, Omar, Marcelo, Alberto, Perla, Marta Lia, Olga, Mercedes, Juanita, Nora, Frei, Enrique, Rosa, Nils, Luisa, Enrique, José Luis, Faustino, Álvaro, Nancy, Perseida, Anahí, Valéria, Alfonsina; Adolfo, Emilia, Matías, Peter, Laura, Xavier, Juan, Mauricio, Yubisa, Camila e Ramon, Martha, Yolotzin, Fabián, Pepe, Ramón, Paola, Henry, Paul, Eliana, Mel e Verina. Somos Socla. Somos tecedorxs da transformação, que articulamos sonhos e vontades. Fomos nós que lançamos um apelo cheio de esperança, porque acreditamos firmemente e com o coração ardente, na possibilidade de construirmos conjuntamente territórios soberanos, onde a dignidade da vida floresça em cada recanto. Somos aqueles que ousam imaginar e criar, que sabem que juntos somos mais fortes, mais livres, mais capazes de traçar novos caminhos. Em cada passo carregamos a certeza de que outra realidade é possível, uma onde a justiça, a liberdade e a vida digna se encontram no horizonte que construímos à medida que caminhamos. Somos força que semeia futuro. Somos a terceira escola de agroecologias do Sul!

Agradecemos sempre a Carlos Vicente pelo plantio que continua florescendo

Agradecemos o apoio de HEKS e Thousand Currents

A tradução para português foi realizada pelo Centro Ecológico



Acapa nos mostra bandeiras Mapuche, com orgulho na sua história e identidade, gente disposta a defender o seu presente e o seu futuro da violência que paira sobre as comunidades deste e de tantos povos.

A violência corrói todos os tecidos de vida que toca. A própria ameaça já é essa violência manipulando as suas próprias teias de morte, tantos laços letais se amarram para cercar os povos. Para incapacitá-los, tirar sua memória, intimidá-los com pretextos, com mentiras, com o exemplo dilacerante que é infligido aos vizinhos, aos entes queridos.

Violência é também o controle férreo que rouba das pessoas a possibilidade de decidir, que abusa de um poder inventado para diminuir as outras pessoas. Para exercer um desprezo, invocar uma culpa, minar a confiança dos outros. Violência é fragmentar, zombar, proferir palavras que ferem, com ou sem razão.

Tornou-se recentemente uma moeda de troca na medida em que as pessoas, com as suas comunidades e organizações, têm de enfrentá-la de todas as formas possíveis, para continuarem a existir. Muitas comunidades ou famílias isoladas fogem sem rumo, a fim de escapar aos extremos assassinos desta violência.

Mas voltamos a dizer. Exerce-se a violência verbal, violência em cada elo da cadeia de vida onde as pessoas estão imersas. Pode ser o desaparecimento dos seus títulos agrários, o cálculo digital que muda de mãos hectares de terra, os contratos com os quais querem convencê-los a receber dinheiro que os levará a legitimar aqueles que querem despojá-los. A avalanche de agrotóxicos e a cobrança por cada etapa do trabalho agrícola que antes era entre amigos e vizinhos, e que hoje é controlado por delinquentes, monopolizadores de terras, “coiotes”, como são chamados em várias partes do continente.

Como se não bastasse, existem as forças repressivas, o exército e a polícia, a infantaria da Marinha, a guarda nacional ou como quer que sejam chamados dependendo do país. E, claro, os paramilitares, sejam eles assassinos do crime organizado, pessoas contratadas por “coronéis” ou empresas, sejam ferrosos devotos de seitas conflitantes, estão estrangulando a vida de tudo o que cruza o seu caminho.

Mas as pessoas têm coragem, clareza e se organizam. Seja na CLOC, na Via Campesina, no MST, no Zapatismo e em um leque de inúmeras comunidades que desde as suas regiões vão reconstituindo os seus laços, os seus projetos de vida, as suas noções, as suas certezas, o seu amor pelos seus territórios.

E hoje contam com projetos abrangentes como os IALAS, como os centros de formação multiculturais, universidades indígenas e, literalmente, milhares de projetos independentes que também vão tecendo, ao contrário da violência, fios de entendimento, de propostas, de mutualidade e de sementeira, muita sementeira de sementes e de razões, cultivos e sentimentos, ressonância e comunidade, soberania alimentar e agroecologia de raiz camponesa.

12 de outubro: o futuro

é indígena

2

Os povos originários marcam caminhos possíveis diante da crise socioambiental e econômica. Têm vozes muito claras – embora normalmente não sejam escutadas – e já o explicam há muito tempo: o extrativismo não traz nada de bom para as maiorias populacionais do continente. Do V Centenário ao Malón de la Paz, do genocídio à recuperação de territórios, do povo Mapuche ao Zapatismo. São povos que, 532 anos depois, constroem futuros.

Darío Aranda para Agência Tierra Viva

Eles foram os primeiros a sofrer um genocídio. Tinham formas de governo muito antes de existir a democracia grega. Eles foram (e são) os primeiros ambientalistas.

E, nestas partes do mundo, **são dos poucos que propõem futuros distintos**: constroem autonomias territoriais, sem se submeterem às burocracias partidárias ou ao extrativismo que arrasa a natureza.

Frente outro 12 de outubro, há muito chamado de “Dia da raça” ou do “descobrimento”, 532 anos após a chegada de Colombo, **os povos indígenas estabelecem uma agenda carregada de presente e futuro.**

“Na Argentina não há indígenas”, ensinavam nas escolas nos anos 90. “O país mais europeu da América Latina”, uma frase ainda comum do pensar da classe média. E, muito na moda nos últimos anos: “Os Mapuche são chilenos”. São apenas uma amostra dessa mescla de ignorância e racismo local.

Segundo o último Censo Nacional, na Argentina existem 1,3 milhão de pessoas que se identificam como parte de povos indígenas. Todas as organizações indígenas afirmam que o número real é muito maior.

Existem 38 povos indígenas vivendo na Argentina. Que são pré-existentes ao Estado argentino. A própria Constituição Nacional reconhece isso: **“Se reconhece a preexistência étnica e cultural dos povos indígenas argentinos [...] Deve ser reconhecida a posse e propriedade comunitária das terras que tradicionalmente ocupam; e regulamentar a disponibilização de outras aptas e suficientes para o desenvolvimento humano [...] Assegurar sua participação na gestão dos seus recursos naturais e dos demais interesses que os afetem.”**

O quadro atual da situação dos povos indígenas é mais do que preocupante. O Poder Judiciário acaba de condenar duas comunidades Mapuche em Río Negro (Quemquemtrew e Lafken Winkul Mapu) por “usurpação”. Os governos provinciais avançam ao lado das mineradoras de lítio. E o governo nacional tomou medidas que ignoram os direitos indígenas, ao mesmo tempo que desfinancia o cuidado das florestas nativas.

Wayra Quique González é Kolla, vive em Jujuy e é um ativo lutador pelos direitos indígenas. Por exemplo, no momento do telefonema ele estava protestando em frente a um congresso empresarial sobre lítio. “Estamos frente a uma verdadeira casta ‘econômica’



Foto: manifestação Mapuche em frente às forças policiais. Luan < Coletivo Minga. Fotos gratuitas pela soberania alimentar e pelo bem viver.

fusionada com a autêntica casta política que veta leis contra os nossos avôs, avós e a educação pública. Tal como há mais de 500 anos, os *ll'unkus* (bajuladores) destes tempos continuam sendo funcionais, servis aos impérios neocolonizadores de hoje que vêm perpetuar a sua voraz dominação e destruição nos nossos territórios”, contextualiza.

Tal como aconteceu com os governos anteriores, não é novidade que as autoridades têm como alvo os territórios indígenas, como foi o caso da chamada Campanha do Deserto (que não era um deserto). O Regime de Incentivos ao Grande Investimento (RIGI) é outro exemplo. Como há um século, anseiam por territórios para introduzi-los ao mercado capitalista: ao extrativismo da mineração, petróleo, no agronegócio, florestal (entre outros).

A foto é essa. Mas o filme também inclui:

- * Povos que renascem, se reorganizam, enfrentam a discriminação e gritam “somos, estamos vivos”. Prova disso é que no final dos anos 90 o Estado argentino reconhecia apenas 16 povos indígenas no que hoje é território nacional. Como resultado da luta das comunidades indígenas, hoje o Estado Nacional reconhece a preexistência de 38 povos indígenas e de pelo menos 1.600 comunidades. Um paradigma, ainda em processo de reconhecimento, é o povo Nivacé de Formosa.
- * Diferentemente de décadas atrás, os povos indígenas são sujeitos políticos ativos, em luta, visíveis, protagonistas. Um ponto de ruptura, continental, foi 1994, no chamado Quinto Centenário e no slogan “nada para comemorar”.

* O povo Mapuche recuperou mais de 230 mil hectares nas últimas décadas. Quando o poder político olha para o outro lado e quando juízes e promotores não aplicam a lei, as comunidades indígenas tomam ações diretas para recuperar territórios que estavam nas mãos de grandes proprietários de terras. A comunidade Santa Rosa Leleque, frente à multinacional Benetton, é um caso emblemático.

* Da mesma forma, os povos Mbya (Misiones), Atacama (Catamarca) e Kolla (Jujuy) são referências na defesa do território contra as empresas florestais e mineradoras.

A história dos povos originários é escrita pelos próprios indígenas, com seu punho ou com seu testemunho, e sempre com o corpo. Sem visões idílicas, com contradições e até detratores, uma breve (e incompleta) revisão de nomes que ajudaram a compreender a luta indígena na Argentina: Israel Alegre, Chaco Liempe, Argentina Paz Quiroga, Román Guitián, Guillermina Guanaco, Noolé Palomo, María Piciñan, Mauro Millán, Jorge Nahuel, Jorgelina Duarte, Angel Cayupil, Verónica Chávez, Marcos Pastrana, Clemente Flores, Juan Chico, Mariela Alancay, Orlando Carriqueo, Enrique González, Pety Piciñan, Santiago Ramos, Daniel Morales e Don Patricio Huichulef.

Os povos indígenas e os camponeses são os maiores cuidadores da biodiversidade do planeta. Até as Nações Unidas reconheceram que os povos indígenas são essenciais para proteger o que resta da natureza e combater as mudanças climáticas.

E, no mundo de cabeça para baixo, os povos indígenas estão entre os mais perseguidos e assassinados por enfrentarem atividades extrativistas. O último relatório da ONG Global Witness aponta que a América Latina é uma das áreas mais perigosas para os defensores dos territórios (lá ocorrem 85% dos assassinatos). E, entre eles, os povos indígenas são as principais vítimas.

A Argentina também conta com vítimas fatais: Javier Chocobar, Roberto López, Mario López, Miguel Galván, Florentín Díaz, Rafael Nahuel e Elías Garay Cañicol, entre outros nomes de uma longa lista.

Quando o jovem mapuche Rafael Nahuel foi assassinado pelas costas (novembro de 2017), em meio a um avanço repressivo que incluiu o desaparecimento e a morte de Santiago Maldonado, a mensagem de esperança veio de outro jovem mapuche, Lefxaru Nawel: “Estamos com muita raiva, impotentes e com

dor, mas vamos seguir em frente. Nosso povo sobreviveu a dois genocídios, o da Roca e o da última ditadura militar. Vamos seguir em frente.”

O histórico Malón de la Paz de 2023, onde centenas de homens e mulheres indígenas viajaram de Jujuy à cidade de Buenos Aires, é um exemplo da decisão das comunidades de exigir o cumprimento de direitos e o protagonismo na defesa do território. “Esses senhores, de governos e de empresas, têm que entender que temos direitos, que vivemos naquele território e, por favor, entendam, que **a água vale mais que o lítio**. Por isso vamos continuar firmes na nossa decisão: Fora com as mineradoras!”, explicou Mariela Alancay, da comunidade indígena de Aguas Blancas (nas Salinas Grandes – espaço cobiçado pelas mineradoras), que pela primeira vez pisava na cidade de Buenos Aires.

Wayra González, do Povo Kolla de Abra Pampa, oferece um olhar para o futuro: “Do fundo da nossa Pacha algo novo está se formando, sustentando a luz e o calor das nossas pequenas fogueiras do nosso avô fogo. Hoje em dia em Jujuy se percebe a rebelião de nossas ancestrais que se materializa nas irmãs, nossas *warmikunas* (mulheres) que estão tecendo e tornando realidade a mudança definitiva para um mundo mais humano”.

O dia 1º de janeiro marcou trinta anos desde o levante zapatista, uma revolução nascida, concebida e levada a cabo por comunidades indígenas no México.

O último comunicado, do início de outubro, dedica suas palavras a homens e mulheres específicos: “Nos diferentes rincões do mundo há pessoas que dizem ‘não’ quando a maioria consente com resignado desinteresse, pessoas que levantam a cabeça quando a maioria a baixa, que caminham para encontrar quando a maioria se senta para esperar, que luta quando a maioria se rende.”

“Essas pessoas. Tão pequenas. Tão distintas. Tão diferentes. Tão minoritárias. Tão necessárias. Essas pessoas estão lá. Mesmo que não sejam nomeadas, mesmo que o olhar do Poder não as leve em conta, mesmo que não sejam escutadas acima, mesmo que não apareçam em pesquisas e estatísticas. Essas pessoas... Para elas, nosso coração, nossa palavra à procura delas, nosso abraço comum apesar das geografias e dos calendários. Para elas, e com elas, a festa dos encontros.”

Muitas destas pessoas são – como os zapatistas – indígenas.

* **Darío Aranda. Artigo publicado em 11 de outubro de 2024 na Agência Tierra Viva.**

Manifesto do Congresso Popular, Político e Científico de Agroecologia



Fotos tiradas durante o Congresso pelo CIMAC

*"Há uma relação entre poder e terra,
quem tem o poder tem a terra,
quem tem a terra tem poder,
vamos tornar a agroecologia poderosa
em todos os lugares!"*

A crise do capitalismo se manifesta de múltiplas formas, entrelaçando-se numa complexa rede de problemas globais. A voracidade pelo crescimento econômico ilimitado baseado no extrativismo levou à exploração desenfreada de bens naturais comuns, como evidenciam os devastadores incêndios florestais na América do Sul, onde o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), brasileiro, registrou cerca de 346.112 focos de incêndio até agora este ano.

Esta e outras crises ambientais somam-se à crescente desigualdade social, à instabilidade econômica e à constante ameaça de conflitos bélicos, todos

sintomas de um sistema que prioriza os benefícios individuais de curto prazo em detrimento do bem-estar a longo prazo do planeta e dos seus habitantes. Tendo em conta este panorama, devemos nos perguntar: por que é mais fácil pensar no fim da humanidade do que no fim do capitalismo?

A agroecologia tem as suas raízes na agricultura ancestral e tem sido dinamizada por comunidades e organizações que a assumiram como modo de vida. Este movimento agroecológico tem trabalhado na implementação e promoção de técnicas alternativas de produção, organização social, escolas de formação, mercados locais e regionais. Também participa em ações de incidência política para avançar na sua consolidação como uma alternativa ao sistema agroalimentar globalizado e industrializado que gerou a crise alimentar, ambiental e social no país.

Neste contexto, unindo-se à construção da paz com justiça social, vida digna, soberania alimentar, defesa



Fotos: CIMAC

da agrobiodiversidade e das culturas, às redes de organizações e instituições aliadas a esta proposta, manifestamos a vontade de nos unirmos em favor da agroecologia sob o nome de Comitê de Promoção do Movimento Agroecológico Colombiano (CIMAC).

Respondendo a este apelo à unidade popular, reunimos em Bogotá no Congresso Popular, Político e Científico de Agroecologia mais de 1.300 pessoas de múltiplos territórios e identidades étnico-culturais, camponesas, indígenas, afro, habitantes urbanos e organizações da sociedade civil nacional e internacional. Isto permitiu um diálogo de saberes entre a academia, as instituições e organizações sociais para

construir propostas e soluções a partir e para os territórios. Este encontro propõe a agroecologia como a verdadeira resposta para enfrentar as múltiplas crises do capitalismo.

Por que a agroecologia é a verdadeira resposta?

- * Protege o meio ambiente e todos os bens comuns: mantém a saúde do solo, da água, das sementes e do ar, e contribui para a conservação, recuperação e restauração dos ecossistemas. Defende os bens comuns nas mãos das comunidades.
- * Melhora a saúde através da alimentação: promove uma alimentação soberana e saudável, elimina o uso de agrotóxicos que afetam a saúde humana e ambiental, promove uma alimentação própria e diversificada.
- * Fortalece as economias locais, populares e solidárias. Gera emprego rural digno, diversidade de alternativas de comercialização e troca, alternativas de alimentos em bairros populares, fortalece as raízes territoriais especialmente das e dos jovens, consolida os mercados locais da Agricultura Camponesa, Familiar e Étnica e Comunitária (ACFEC). Estabelece circuitos curtos de comercialização, processamento e distribuição de alimentos.
- * Promove a justiça social e a participação política: luta pelo acesso à terra, à água e aos bens naturais para todas e todos e promove a igualdade de gênero. Garante o direito humano à alimentação saudável. Promove a organização social e comunitária. Permite garantir uma pedagogia da paz.
- * Respeita os direitos bioculturais: promove os conhecimentos ancestrais, próprios, como bem comum.
- * Fortalece a articulação urbano-rural: a agroecologia constrói alternativas para fortalecer a soberania alimentar a partir dos setores populares, das hortas urbanas, dos mercados populares e da construção de organizações urbano-rurais. Os problemas atuais não são apenas problemas da gente do campo, são também problemas da gente da cidade. Promove e incentiva o acesso de setores urbanos populares a alimentos saudáveis e diversificados.
- * Vincula a juventude e a infância. Garante uma participação ativa e protagonista de jovens, meninas e meninos a partir das suas identidades territoriais. Promove e fortalece os direitos intergeracionais.
- * Está com as mulheres: promove a igualdade, a equidade e a diversidade das mulheres, além de reconhecer, reivindicar e valorizar o papel da mulher no campo, na cidade e na sua luta histórica pela emancipação, de onde se entende que sem mulheres não há agroecologia.
- * É diversa: reconhece os direitos às diversidades sexuais e de gênero, além da linguagem inclusiva, da liberdade de expressão e da eliminação de toda a

violência de gênero como ferramentas essenciais na luta pela igualdade, eliminando as barreiras que impedem o livre desenvolvimento e a participação em qualquer âmbito.

Por uma Colômbia agroecológica, declaramos:

1. A agroecologia é o caminho para a soberania alimentar, o direito humano à alimentação saudável e a transformação para um sistema alimentar sustentável, territorializado e sob o controle das comunidades.
2. A territorialização da agroecologia através da reforma agrária integral e popular é um elemento estrutural que permite a possibilidade de permanência e retorno ao campo. Os comitês de reforma agrária são um dos mecanismos para esse fim, de mãos dadas com as formas de ordenamento territorial popular e com as políticas públicas municipais, departamentais e nacionais.
3. Diante do poder corporativo que coopta a agroecologia, é necessário que as políticas públicas sejam planejadas, construídas e executadas junto às organizações sociais do movimento agroecológico e apoiadas pela mobilização social.
4. A agrobiodiversidade e as sementes são bens comuns dos povos, portanto, o governo deve garantir mecanismos e processos comunitários para a sua proteção, conservação e livre uso e gestão pelas comunidades frente às formas de apropriação privada, contaminação transgênica e novas tecnologias que prometem falsas soluções. Apoiamos as iniciativas destinadas a declarar a Colômbia um Território Livre de Transgênicos.
5. É necessário defender e promover o trabalho de camponesas, camponeses, indígenas e afros, representados em redes de guardiões e guardiãs de sementes nativas e crioulas que conservaram e recuperaram a rica diversidade de cultivos, raças animais, saberes e conhecimentos ancestrais que caracterizam nossos modos de vida digna no campo.
6. Desenvolver ações que promovam a justiça climática e a adaptação às mudanças climáticas a partir de uma perspectiva agroecológica.
7. A economia social e solidária é uma alternativa para a construção de territórios autônomos e sustentáveis que facilitem a articulação urbano-rural.
8. As energias comunitárias são o caminho para a autonomia e soberania energética, promovendo um conjunto de conhecimentos, práticas e processos de mudança na produção e consumo de energias e alimentos.
9. A educação popular, o diálogo de saberes, a pesquisa-ação participativa e a ciência acadêmica comprometida com as comunidades, desde a escola até

a universidade, no campo e na cidade, são motores da mudança para sistemas alimentares locais e sustentáveis.

10. A necessária agroecologização da institucionalidade como política de Estado que cria e transforma as instâncias e instituições onde se concretizam as lutas do movimento agroecológico.

A tarefa e a mobilização continuam!

Este congresso é um passo em frente, mas não é o fim do caminho. Convocamos camponesas, camponeses, povos indígenas, afrodescendentes, estudantes, pesquisadores, consumidores, as organizações sociais e políticas, e a todas as pessoas que acreditam num futuro socialmente justo e sustentável, a somarem-se a este movimento popular, amplo, aberto e diversificado para a promoção, visibilidade e gestão comunitária da agroecologia no país. O objetivo é fortalecer a mobilização e os processos territoriais para além de uma agenda governamental, incorporando a agroecologia nas agendas e no horizonte estratégico de médio e longo prazo, possibilitando através desta convergência a geração de acordos que orientem o caminho comum respeitando as autonomias das comunidades e organizações, no marco de uma representação e participação ampla, eficaz e comprometida, de diálogo, de respeito e de solidariedade.

Como Movimento Agroecológico Colombiano, fazemos um apelo especial à COP16, para frear a comercialização da biodiversidade, e reconhecer e promover o trabalho das comunidades camponesas, indígenas e afro como fundamentais para conservar e recuperar a biodiversidade, rejeitando ao mesmo tempo as formas de capitalismo verde que oferecem falsas soluções para as crises atuais.

Finalmente, nos somamos à mobilização social e apoiamos as reformas sociais, políticas e econômicas promovidas pelo governo da mudança.

**A agroecologia é a verdadeira resposta!
Vamos nos unir a essa luta!**

Comitê de Impulso do Movimento Agroecológico Colombiano





Fim da violência contra os povos originários e as comunidades rurais

Na maior parte de nossos territórios, os cartéis criminosos tornaram-se a maior ameaça às nossas possibilidades de existência e aos nossos bens naturais. Os cartéis concentram poder político, operam sempre de forma contrainsurgente e negam a autodeterminação e a autonomia dos povos e comunidades indígenas

Os povos Maya, Tzeltal, Ch'ol, Chuj, Lacandón, Zoque, Mam, Ikoot, Ayuuk, Chinantec, Bene Gula, Nahua, Me'phaa, Hñähñu, Wixarika, Rarámuri, Yaqui, juntamente com organizações, coletivos e movimentos sociais que defendemos nossos territórios e modos de vida camponesa, de distintas regiões, em 18 estados do México, constatamos que a violência contra os povos originários e as comunidades rurais tem crescido de forma alarmante e é uma constante no país.

Na maior parte de nossos territórios, os cartéis criminosos tornaram-se a maior ameaça às nossas possibilidades de existência e aos nossos bens naturais. Os cartéis concentram poder político, operam sempre de forma contrainsurgente e negam a autodeterminação e a autonomia dos povos e comunidades indígenas.

Com intensidades distintas segundo diferentes momentos, os cartéis atuam em nossas comunidades e territórios.

Neste momento, Chiapas está em chamas devido à violência, as comunidades da Zona Fronteiriça, da Selva Lacandona, de La Frailesca e de Los Altos, foram devastadas por cartéis do crime organizado para impor o controle sobre os territórios indígenas e a população.

Nestes territórios ocupados, os cartéis atuam muitas vezes ligados a grupos ou "coronéis" locais que conhecem as pessoas e a região, exploram as minas, derrubam a floresta de forma clandestina e indiscriminada, cobram direitos à terra, obrigam homens jovens e adultos a incorporar-se em suas fileiras para participar com eles em todas as atividades criminosas, e até mesmo assassinar seus irmãos. Eles forçam as mulheres a alimentá-los e a cumprir seus caprichos. Instalam postos de controle e decidem quem entra e quem sai, controlam o abastecimento de produtos básicos e impedem seu acesso às sedes municipais. Ameaçam, espancam e matam aqueles que não querem obedecê-los e têm levado a cabo massacres e assassinatos de defensores dos direitos humanos e de pessoas inocentes, de tal forma que comunidades inteiras ou pessoas marcadas têm de se exilar para salvar as suas vidas, deixando suas casas, animais, colheitas e todos os seus pertences.

Os deslocados refugiam-se em comunidades vizinhas, em cidades próximas e até em comunidades da Guatemala. A partir do terror, os cartéis desocupam os territórios para utilizá-los em seu benefício exclusivo, para o tráfico de pessoas, drogas, armas, etc.

Nas regiões de Chihuahua, Nayarit, Jalisco, Guerrero, Michoacán, Morelos, Chiapas e Puebla, as organizações criminosas se apoderam dos bens naturais das comunidades, destroem e queimam florestas, exploram minas, roubam combustíveis, monopolizam a água, forçam a população a defendê-los e a usa como escudo humano contra seus inimigos. Às vezes atacam comunidades com drones durante horas, como em Ostula, Michoacán, matam as autoridades, confrontam a polícia comunitária e fazem desaparecer os seus defensores para assumirem os seus territórios.

Tudo isto ocorre à vista das autoridades do Estado, em locais próximos dos quartéis do Exército ou da Guarda Nacional, que apesar dos pedidos de ajuda da população, não intervêm.

As autoridades estaduais e federais minimizam a violência ou culpabilizam os povos por ela, sem admitir que falham na principal responsabilidade do Estado, que é garantir a segurança da população.

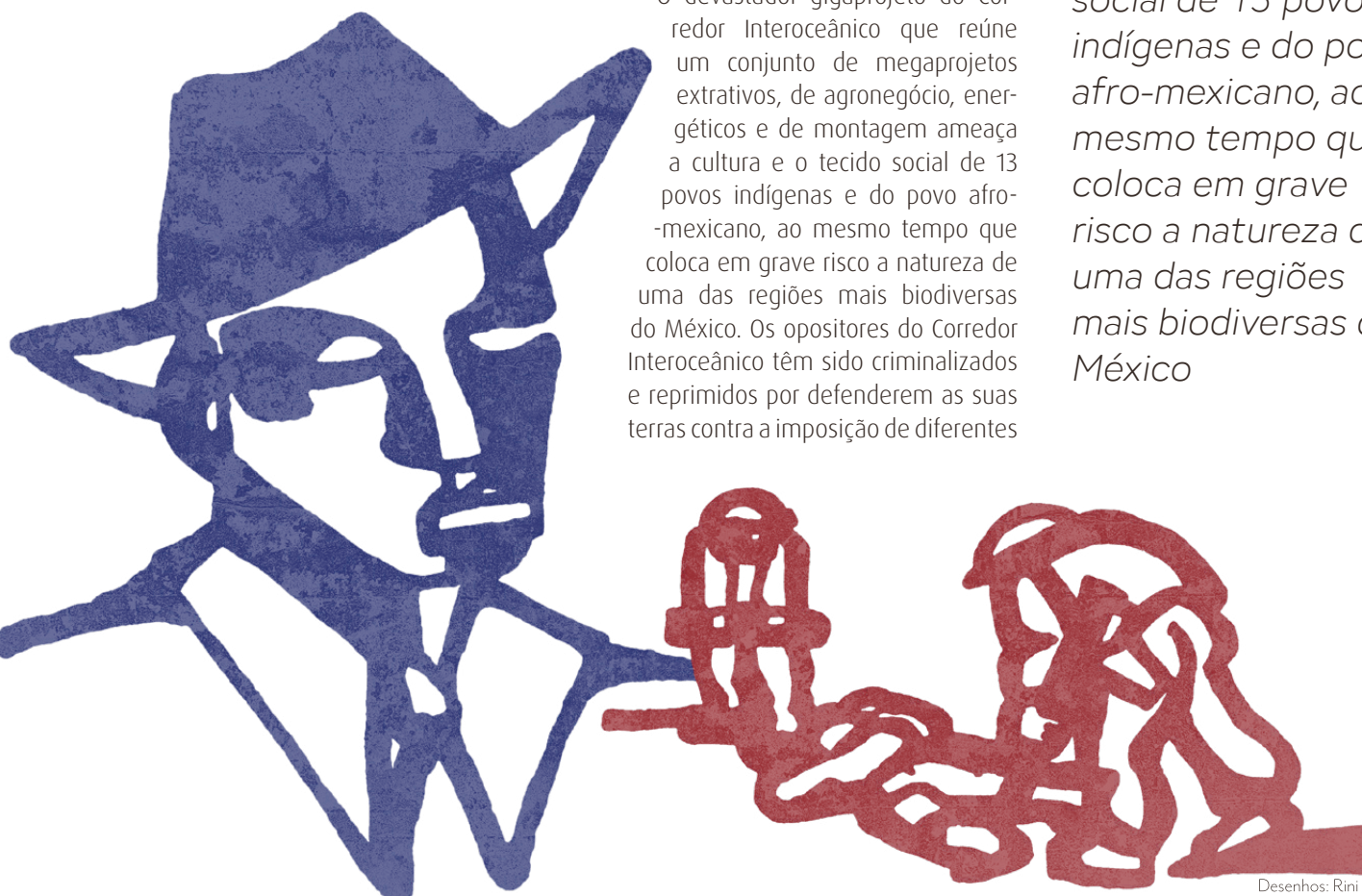
Os megaprojetos promovidos pelo governo como o Corredor Interoceânico, o erroneamente denominado Trem Maya e o Projeto Integral Morelos, localizados nos territórios dos povos originários, são construídos sem o seu consentimento. Por terem sido classificados como de segurança nacional, ficaram isentos de regulamentação e se impede que a população exerça seus direitos.

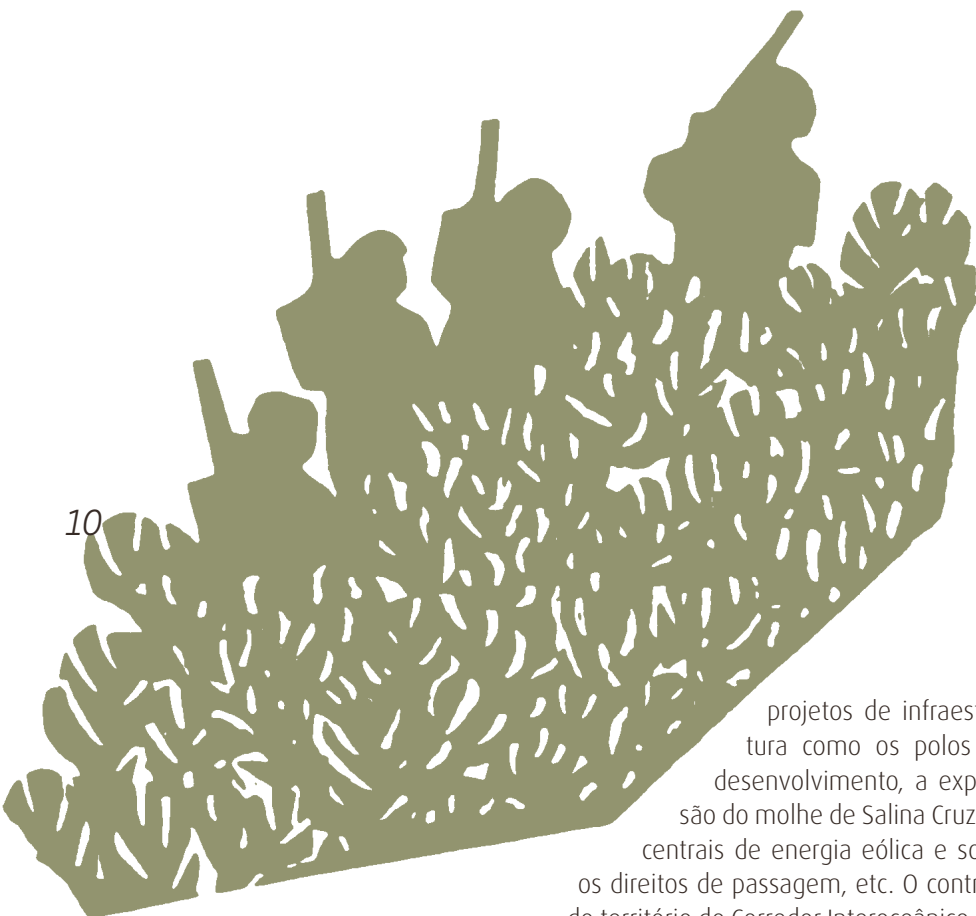
O Trem mal chamado Maya saqueia o povo Maya de suas terras e bens naturais, favorece a especulação imobiliária, a grilagem de terras para turismo, o agronegócio e a urbanização. Divide comunidades ao meio, desmata milhares de hectares de floresta, afeta cavernas e cenotes, contamina águas subterrâneas e destrói vestígios arqueológicos. A resistência através de processos judiciais tem enfrentado dezenas de obstáculos e embora as proteções e suspensões tenham sido obtidas legalmente, o Estado as viola, as obras continuam e provocam o ecocídio – protegidos pelo escudo de uma consulta indígena fraudada – em uma das selvas mais bem preservadas do México.

O devastador gigaprojeto do Corredor Interoceânico que reúne um conjunto de megaprojetos extrativos, de agronegócio, energéticos e de montagem ameaça a cultura e o tecido social de 13 povos indígenas e do povo afro-mexicano, ao mesmo tempo que coloca em grave risco a natureza de uma das regiões mais biodiversas do México. Os opositores do Corredor Interoceânico têm sido criminalizados e reprimidos por defenderem as suas terras contra a imposição de diferentes



O devastador gigaprojeto do Corredor Interoceânico que reúne um conjunto de megaprojetos extrativos, de agronegócio, energéticos e de montagem ameaça a cultura e o tecido social de 13 povos indígenas e do povo afro-mexicano, ao mesmo tempo que coloca em grave risco a natureza de uma das regiões mais biodiversas do México





Os interesses das empresas foram protegidos e as suas violações ambientais e sociais foram toleradas. As penas de anos de prisão ou montantes de indenização para aqueles que resistem são excessivas e desproporcionais, e têm como objetivo punir e dissuadir a organização daqueles que defendem os seus territórios e se opõem ao despojo

projetos de infraestrutura como os polos de desenvolvimento, a expansão do molhe de Salina Cruz, as centrais de energia eólica e solar, os direitos de passagem, etc. O controle do território do Corredor Interoceânico (incluindo seus trechos Z, FA, K e G) está em uma disputa sangrenta entre os Cartéis CS e CJNG. Samir Flores Soberanes, um lutador social Nahua, foi assassinado em 2019 por se opor ao Projeto Integral Morelos enquanto seus companheiros foram presos e perseguidos em diversos momentos. Este projeto, que ainda não foi iniciado, ameaça a saúde e os recursos vitais, como o rio Cuautla, de um povoado dedicado à agricultura e à pecuária.

As minas, barragens hidroelétricas, centrais eólicas e fotovoltaicas, a exploração de hidrocarbonetos e demais projetos extrativos transtornam a vida das comunidades. A oposição a estes projetos é enfrentada pelo Estado com a divisão comunitária, com a distribuição de programas sociais ou deixando o crime organizado fazer o seu trabalho, muitas vezes também articulado aos interesses das empresas concessionárias.

A violência também é praticada por projetos de agronegócio que competem com a *milpa* dos camponeses sazonais e com os apicultores. As estufas de pequenas frutas, os pomares de abacate, as hortaliças de exportação, as megacriações de porcos, reses e frangos, as plantações de soja transgênica, não

apenas monopolizam a terra, destruindo a selva ou a floresta para se estabelecerem, mas também monopolizam a água de maneira formalmente legal mediante concessões que lhes são outorgadas pela Conagua – enquanto elas são negadas aos camponeses – ou de forma ilegal, desviando as correntes dos rios, córregos ou nascentes, construindo poços profundos e depósitos de água sem licença, extraindo água de represas e lagos. Eles também usam bombardeios de nuvens com canhões antigranizo para afastar a chuva. O uso de agrotóxicos afeta os cultivos, apiários e populações vizinhas, e os resíduos tóxicos das explorações agrícolas contaminam rios e *cenotes*, e envenenam o ambiente. A inundação de tecnologias digitais para a agricultura implica dependência, espionagem e maior pilhagem de minerais, terras e água.

As manifestações sociais foram criminalizadas pelo governo enquanto o domínio do crime organizado se expandiu e continua impune. Os interesses das empresas foram protegidos e as suas violações ambientais e sociais foram toleradas. As penas de anos de prisão ou montantes de indenização para aqueles que resistem são excessivas e desproporcionais, e têm como objetivo punir e dissuadir a organização daqueles que defendem os seus territórios e se opõem ao despojo.

A reforma indigenista que foi aprovada¹ no pacote de 20 reformas apresentado pelo presidente da república nada tem a ver com os Acordos de San Andrés, nem com a iniciativa pactuada nos fóruns convocados pelo INPI (Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas). É uma reforma pouca significativa que não atinge os direitos fundamentais que os povos indígenas reivindicam, como o direito ao território ou à representação política fora do sistema partidário.

As promessas que este governo que termina fez aos povos indígenas não foram cumpridas. Pelo contrário, a invasão dos nossos territórios cresceu de forma alarmante, ampliando o alcance dos cartéis do crime organizado.

¹ No momento da assinatura da declaração, esta reforma ainda não havia sido aprovada.

Por isto:

- * Exigimos que o Estado Mexicano cumpra com a sua responsabilidade fundamental de oferecer segurança a todos os povos indígenas e comunidades rurais que foram deixados nas mãos do crime organizado.
- * Demandamos respeito aos territórios indígenas e camponeses, aos seus acordos de assembleia e à sua livre determinação.
- * Denunciamos a criminalização da resistência e dos movimentos sociais, de seus líderes e defensores dos direitos humanos e do território.
- * Nos somamos à reivindicação das mães e dos pais dos 43 estudantes de Ayotzinapa, para que apareçam vivos, e às outras centenas de milhares de desaparecidos no país.
- * Demandamos o esclarecimento do assassinato de Samir Flores Soberanes e dos demais defensores do território: 102 assassinados e vários milhares de desaparecidos só neste mandato de seis anos.
- * Exigimos a apresentação com vida de Vicente Suástegui Muñoz, do Cecop, de Sergio Rivera Hernández na Sierra Negra de Puebla.
- * Rejeitamos as sentenças injustificadas e desproporcionais impostas aos lutadores e defensores do território indígena como David Hernández, da APIIDTT, por defender as terras de uso comum da comunidade de San Blas Atempa, despojadas para estabelecer um polígono de desenvolvimento do Corredor Interoceânico.
- * Nos opomos aos mandados de prisão injustos emitidos contra 17 membros da



Samir Flores Soberanes, um lutador

social Nahua, foi assassinado em 2019 por se opor ao Projeto Integral Morelos enquanto seus companheiros foram presos e perseguidos em diversos momentos. Este projeto, que ainda não foi iniciado, ameaça a saúde e os recursos vitais, como o rio Cuautla, de um povoado dedicado à agricultura e à pecuária

APIIDTT e 16 membros da UCIZONI por se oporem às obras do Corredor Interoceânico em seus territórios.

* Rechaçamos as 161 ordens de detenção emitidas injustamente contra os moradores de San Mateo del Mar e exigimos a sua suspensão definitiva, bem como o restabelecimento da paz nos termos da Comissão de Paz.

* Repudiamos o assassinato dos defensores da água e do meio ambiente contra Granjas Carroll, Jorge e Alberto Cortina Vázquez, perpetrado pela Força Civil de Veracruz.

* Rejeitamos as denúncias criminais contra oito camponeses do Movimento Bacia Livre Oriental, de Puebla, e condenamos a criminalização do direito de protesto.

* Exigimos a apresentação com vida das centenas de milhares de desaparecidos no país, muitos deles defensores do território e lutadores sociais.

* Denunciamos a grave situação de violência que existe na Selva Lacandona e nos Altos de Chiapas, onde os cartéis do narcotráfico pretendem estabelecer o seu domínio, obrigando o deslocamento forçado da população que se opõe ao recrutamento.



Somos povos,
comunidades e
subúrbios com
outro projeto
de futuro e de
Nação. Exigimos
o fim imediato da
violência contra nós
e o respeito pelos
nossos territórios



* Denunciamos e repudiamos a gravíssima situação vivida pela população em Frontera Comalapa, Amatenango de la Frontera, Chicomuselo, La Concordia, El Porvenir, Motozintla, Bejucal de Ocampo, Bella Vista, Siltepec, Mazapa de Madero, Monte Cristo de Guerrero, Ángel Albino Corzo (Jaltenango), La Grandeza, Niquivil, Pablo L. Sidar, Las Chicharras, Chiapas, onde os cartéis em disputa bloquearam estradas, recrutaram à força uma grande percentagem da população para obrigá-la a participar nas suas atividades. Desde maio passado, ocorreram massacres e assassinatos de pessoas inocentes por se oporem aos cartéis e nos últimos 15 dias os confrontos entre grupos criminosos pioraram, e a população sofreu as suas consequências. Esta violência extrema deslocou-os de suas comunidades para procurar refúgio e salvar as suas vidas, até mesmo para comunidades na Guatemala. Exigimos que os governos federal e estadual ponham um fim imediato à violência em Chiapas e restabeleçam a paz nesses territórios indígenas. Aderimos à ação urgente *La disputa pelo controle dos territórios em Chiapas e a ação ineficaz do governo mexicano colocam em risco iminente a vida e a segurança de milhares de famílias*, empreendida pelo Coletivo de Monitoramento da Fronteira Sul e 80

organizações da sociedade civil (<https://shorturl.at/eCE3v>) e à declaração da Red Todos los Derechos para Tod@s e de várias outras organizações, En riesgo la vida e integridad de la población civil en Chiapas. (<https://shorturl.at/zMuaV>)

Apesar deste ambiente de invasão e despojo dos nossos territórios, os povos indígenas e as comunidades rurais resistimos e fortalecemos nossa identidade. Protegemos a propriedade social de nossas terras e elaboramos os nossos estatutos ejidais e comunais, mantemos nossas assembleias e posições comunitárias. Estabelecemos policiais e cargos comunitários, para nossa segurança. Promovemos o trabalho coletivo solidário, praticamos a nossa agricultura camponesa, a apicultura e a pequena criação de animais. Cuidamos de nossas sementes, nascentes, cenotes, lagos, lagoas, rios, praias, montanhas, florestas e selvas, monitoramos e protegemos nosso território. Celebramos nossas festas e rituais. Preservamos nossa língua, nossa cultura e nossa identidade.

Somos povos originários que habitamos este território antes da existência do Estado-nação. Somos povos, comunidades e subúrbios com outro projeto de futuro e de Nação. Exigimos o fim imediato da violência contra nós e o respeito pelos nossos territórios.

México, 1º de agosto de 2024

Baja California: NCCP Mexicali; **Chiapas:** Centro de Derechos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas; Colectivo de Defensores del Territorio en la Región Sierra Fronteriza de Chiapas; DESMI; Salud y Desarrollo Comunitario (SADEC); ZODEVITE; Coordinación Regional Bachajón por la Defensa del Territorio Chilón Chiapas del Congreso Nacional Indígena; Organización de Agricultores Biológicos; Los Lagos de Colores; Instancia Pastoral de la Madre Tierra; **Chihuahua:** SINE-COMUNARR; **Ciudad de México:** Organización de Interpretes y Traductores en Servicios Comunitarios A.C.; Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano; Maderas del Pueblo del Sureste AC; **Colima** – Unidos por Armería; **Estado de México:** 26 de agosto de 1972, San Pedro Atlapulco, Estado de México; **Guerrero** – Tlachinollan; **Jalisco:** Colectivo por la Autonomía; **Morelos:** Jorge Velázquez Escalvazeta; Asamblea de la resistencia Amilcingo, Morelos; Casa Tecmilco; **Oaxaca:** CEDIAO; Yunhiz Espacio Alternativo; Colectivo Matza de San Miguel Chimalapa; UCIZONI; Comisión de Paz y Concordia de la Nación Ikoot; Servicios del Pueblo Mixe; Asamblea de los Pueblos Indígenas del Istmo en Defensa de la Tierra y el Territorio – APIIDTT; Centro de Derechos Humanos - Espacios para la Defensa, el Florecimiento y Apoyo Comunitario (CDH-ESPADAC); Mujeres de Lachatao en defensa de la tierra y territorio; UNOSJO; Guardianes del Mar de San Mateo del Mar; Mungier Ndyuck (defensores del mar) San Dionisio del Mar; Comité por la Defensa de los Derechos Indígenas CODEDI; **Puebla:** Movimiento en Defensa del Agua de la Cuenca Libres Oriental; Frente de pueblos en defensa de la tierra y el agua Morelos Puebla y Tlaxcala; Consejo Regional de Pueblos Originarios en Defensa del Territorio Pue-Hgo.; **Quintana Roo:** Colectivo de semillas Much' Kanan l'inaj, Bacalar, Quintana Roo; Colectivo Xa'aybej; **Sonora:** H. Pueblo de Loma de Bacum de la Nación Yaqui; **Veracruz:** Comité de Derechos Humanos de la Sierra Norte de Veracruz; **Yucatán:** Múuch' Xiimbal; Selvame del Tren; Colectivo de comunidades indígenas Chenes. Asociación de estudiantes e investigadores Carlos Pellicer Cámara; **Colombia:** Colectivo Colombia; Descubrimiento de Europa; **Estado Español:** Colectivo la Tasquiva de Andalucía, España; Asamblea Plaza de los pueblos en Madrid España; **Latinoamérica:** Alianza Biodiversidad. Gustavo Huchin; Heliodoro Huchim; Eleuterio Manuel Perfecto; Maneses Manuel Gerardo; Juan Pedro Ramos Manuel; Victorino Roribio Cruz; César Juan Antonio; Jonas Terezo Juan; Bernardino Manuel Hernández; Timoteo Modesto Leonardo; Mauricio Marcos Leonardo; Virgilio Ambrocio Lucas; Camilo Terezo Lucas; Anacleto Graciano Sixto; Héctor Juan Velasco; Ciriaco Juan Toribio; José Guadalupe Toribio Ferrer; Anastacio Terezo Ramos; Bernardo Perfecto Juan; Lucas Modesto Toribio; José de Jesús Modesto T; Delfino Marcos Leonardo; Urias González Leonardo; Jorge Terezo Manuel; Heriberto Graciano Crisanto; Artemio Juan Velasco; Oscar Juan Ramos; Hipólito Juan Agapito; José de Jesús Terezo Juan; Ubaldo Perfecto Sixto; José Ernesto Modesto Hernández; Juan Marcos Agapito; Ismael Ambrocio Ramos; Abdías Juan Caseano; Luis Terezo Manuel; Eleuterio Juan Toribio; Alfredo Juan Velasco; Osiel Juan Ramos; Joel Aquino; Víctor Aquino

Redomesticação e a edição de genes de cultivos

Elizabeth Bravo (Acción Ecológica)

13

Sob o argumento das mudanças climáticas, do crescimento demográfico e da perda de terras agrícolas, se propõe usar as ferramentas moleculares da edição de genes num processo que tem sido chamado de “redomesticação”, a partir de parentes silvestres dos cultivos. Seus proponentes afirmam que os parentes silvestres possuem muitas características benéficas, mas difíceis de serem incorporadas em programas de melhoramento genético convencional.

Um parente silvestre é uma espécie de planta a partir da qual se domesticou um cultivo e que se encontra em estado “silvestre”.

No “melhoramento” moderno de plantas, se usa o material genético de parentes silvestres para dotar a cultura de maior resistência a doenças, mais fertilidade, rendimento ou outras características desejáveis. Quase todas as espécies de plantas cultivadas possuem um ou mais parentes silvestres. Das mais de 275 mil espécies de plantas com flores que existem no mundo, menos de 1% foram domesticadas, e muitas delas pertencem a cinco famílias botânicas: gramíneas, leguminosas, rosáceas, crucíferas e solanáceas; embora a humanidade se alimente de milhares de outras espécies silvestres ou semi-domesticadas.

Os parentes silvestres têm muitas características que os cultivos modernos perderam, especialmente

os cultivos controlados pelas empresas, porque nos seus programas de “melhoramento” a homogeneidade genética foi privilegiada, e nesse processo se perdeu muita biodiversidade. Frente a fenômenos como as mudanças climáticas, a salinização dos solos ou o simples desejo de expandir as monoculturas para áreas que antes não eram dedicadas à agricultura industrial, volta-se a olhar os parentes silvestres, em busca de características genéticas desejáveis.

Foram realizados vários trabalhos de cruzamento entre cultivos modernos (por exemplo, de arroz, trigo e centeio) com seus parentes silvestres, mas os resultados obtidos não foram muito satisfatórios e é um processo que leva muito tempo.

Em bancos de germoplasma – ou bancos de genes – existem milhares de coleções de parentes silvestres, cujas sequências de genes foram digitalizadas e estão guardadas em bancos de dados. A chamada “redomesticação” tem a intenção de incorporar de maneira rápida os genes desejados, identificados em bases de dados de sequências genéticas digitalizadas, provenientes de bancos de germoplasma, utilizando técnicas de edição de genes.

O parente silvestre do cultivo com a qual se deseja trabalhar é modificado apenas em genes específicos responsáveis pela



Foto: Rodolfo González Figueroa

domesticação, usando a edição desses genes. Essas plantas poderiam ser utilizadas diretamente no campo ou atuarem como material novo em processos de “melhoramento”. Se fala, então, de plantas criadas por redomesticação.

Há também redomesticação em processos que trabalham com uma planta que não foi domesticada



Foto: Rodolfo González Figueroa



Manabí, Ecuador. Fotos Ramón Vera-Herrera



anteriormente. Chamam-lhe “re-domesticação de novo”, uma contradição. A estratégia começa com a seleção de materiais básicos provenientes de espécies vegetais silvestres ou semisilvestres na natureza, que atendam aos objetivos de melhoramento propostos por quem realiza a pesquisa. Isto é seguido por uma rápida introdução de características relacionadas usando ferramentas genéticas e de melhoramento convencional. O processo termina com a criação de novos cultivos que abrigam as novas características genéticas desejadas pelos fitomelhoristas.

Os proponentes da tecnologia esperam que estas plantas incluam novas características de resistência a patógenos, uma tolerância a tensões de elementos do ecossistema (tais como a água, o oxigênio, a temperatura e a luz solar) e que possam ser plantadas em regiões que enfrentam estresses anteriormente desconhecidos ou raros. Por exemplo, se fala em expandir a agricultura para “terras marginais”, que geralmente estão nas mãos de pessoas que não têm acesso a outras terras, o que implicaria no seu deslocamento e desapropriação, ou que não são adequadas para a produção agrícola, mas que cumprem funções ecológicas vitais. O

resultado seria a incorporação destes territórios à agricultura industrial... isto é, se a tecnologia chegar a funcionar.

A utilização de sementes armazenadas em bancos de germoplasma ignora o fato de que elas não coevoluem com as mudanças nas condições ecológicas, como acontece com os parentes silvestres dos cultivos encontrados na natureza, razão pela qual estão menos adaptadas para enfrentar estas mudanças.

No uso de sequências genéticas digitalizadas destes parentes silvestres, existe um debate não resolvido que surge do conteúdo das convenções internacionais (como a Convenção sobre Diversidade Biológica e a FAO). E também fala de determinismo genético, uma vez que o comportamento de um cultivo não responde apenas aos seus genes.

Outro problema é que as sementes que finalmente resultarem da aplicação destas tecnologias serão controladas pelo poder corporativo, como acontece com as sementes transgênicas. Estas sementes necessitarão do pacote tecnológico típico da agricultura industrial que incluirá fertilizantes, agrotóxicos e mecanização, o que agravará as mudanças climáticas e o problema global da poluição

ambiental, e as suas implicações para a saúde humana.

Uma reflexão final sobre o termo redomesticação: as plantas domesticadas no mundo social das regiões são o resultado de um trabalho humano que inclui a seleção, o cruzamento e a conservação de plantas que apresentavam as características mais adequadas às realidades ecológicas e às necessidades das comunidades, o que estava associado a práticas e relacionamentos sociais complexos. Em alguns casos, a domesticação demorou centenas de anos. Não se pode chamar de domesticação um processo que simplesmente envolve silenciar alguns genes e ativar outros.

Esta e outras aplicações das novas tecnologias moleculares aumentarão o poder corporativo sobre as sementes e ainda irão reduzir o número de cultivos dos quais dependeremos para a agricultura e a alimentação do futuro.

Fontes:

T. Hanak, et al, “Genome editing to re-domesticate and accelerate use of barley crop wild relatives”, *Front. Sustain. Food Syst.* 7:1331577, 2023. DOI 10.3389/fsufs.2023.1331577.

H Yu, J Li, “Breeding future crops to feed the world through de novo domestication”, *Nat Commun* 13, 1171, 2022. <https://doi.org/10.1038/s41467-022-28732-8>, 2022

AS AGROECOLOGIAS DO SUL

VISÃO PROPOSTA LUTA

15

Mel Becerra, Verina Díaz e José Godoy

Este processo de formação foi convocado pela Al-sakuy Agroecológica, a Aliança Biodiversidad, o Instituto Agroecológico Latino-Americano María Cano, a CLOC-Vía Campesina na América Latina, a Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA) e o Consórcio Agroecológico Peruano (CAP).

Em sua convocatória, reuniu 786 pessoas dos movimentos e redes convocantes, pessoas que se apresentaram desde os territórios ou movimentos acadêmicos e de ciência digna. Participantes de todos os tipos de experiências agroecológicas, originárias, camponesas, afrodescendentes, agricultoras, migrantes e setores populares. Mulheres, homens, pessoas não binárias e em toda a sua diversidade provenientes de 19 países latino-americanos – cerca de 75% eram jovens entre 18 e 35 anos. Entre as postulações muito interessantes, selecionamos 110 participantes, sob critérios de diversidade ocupacional (gente produtora, agricultora e outras trabalhadora no campo), militantes/ativistas, pessoas ligadas à agroecologia ou à agricultura familiar, diversidade de gênero (considerando diversidades genéricas), diversidade territorial (por país e tipo de território rural, periurbano e urbano) e diversidade etária.

A reflexão foi desenvolvida em 17 sessões, divididas em cinco blocos, de julho a setembro de 2024, onde se compartilharam práticas, definições, difusão e contexto relevantes, bem como possibilidades e limitações políticas da agroecologia nos territórios da nossa América Latina. Se compartilhou durante as sessões e fora delas, em expressões individuais, plenárias e trabalhos em grupo onde foram exibidos vídeos,

bordados, músicas, “místicas”, colagens, desenhos, fotografias, textos e muitas outras formas de expressar a beleza e a força dos territórios e da agroecologia.

Desde a primeira sessão nos reconhecemos como organizações de vários países e territórios, que estamos em constante diálogo com as pessoas que estão na linha de frente da luta, nas *milpas*, nas unidades produtivas e nos territórios agroecológicos. Ao mesmo tempo, nos identificamos como coletividades engajadas num esforço reflexivo e analítico que vá consolidando os argumentos que temos para defender nossos territórios, nossas autonomias, nossos modos de vida e nosso direito ao futuro, tecendo a palavra comum.

Território e agroecologia. Desde a primeira sessão levantamos a discussão sobre a posse da terra e como a economia camponesa, os sistemas produtivos camponeses, são tão poderosos que mesmo com todos os fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais contra eles – que Eduardo Zegarra descreveu – continuam provendo a maior parte da alimentação e da nutrição no caso do Peru. Por sua vez, Verónica Villa, do grupo ETC, sustenta que isto ocorre em nível planetário e que a agricultura não industrial, camponesa e familiar é a que realmente sustenta a alimentação real da humanidade.

Houve muita participação de jovens de toda a América Latina. Se insistiu no compromisso, que é luta, de cuidar e defender o território, os solos, as sementes, os glaciares, os lagos, os rios, os mares, as florestas,



Ilustração: André Carhuarica

as selvas e a vida selvagem e todos os âmbitos da cidade e do campo. Sendo jovens do mundo queremos continuar aprendendo com nossos velhos, nossas antepassadas, nossos antepassados, e encontrar formas de lutar por e para a terra, com ela, um pedaço de terra fértil, e por uma grande reforma agrária que enfrente a brutal monopolização, o despojo e a destruição de terras e territórios.

Ressaltamos que a agroecologia convoca territorialmente, como um compromisso comum e, ao mesmo tempo, mantém uma enorme diversidade que a enriquece e fortalece. Também revisamos as contradições, os riscos e a luta pela defesa da agroecologia de raiz camponesa, a soberania alimentar e outros conceitos que surgiram da luta pelo movimento camponês popular.

Analizamos a agricultura industrial, acelerada em sua versão 4.0 ou digitalização agrícola. Um termo derivado da chamada “quarta revolução industrial”, assim denominada por empresários de todo o mundo que insistem que todos os aspectos da vida e da produção da sociedade melhorarão com a digitalização, com tecnologias que reduzam a intervenção da mão de obra humana mediante sistemas de análise de dados obtidos e produzidos no modelo atual do sistema agroindustrial.

Infelizmente, nos diz Verónica Villa, estes processos têm infraestruturas por trás (data centers, satélites, cabos interoceânicos, antenas, operações de mineração que consomem água e recursos, invadem e

devastam territórios, e mantêm exércitos de funcionários em condições precárias, além do uso de químicos e agrotóxicos. Custos invisíveis de todo este suposto “progresso limpo” que acaba por ser uma continuação das dinâmicas capitalistas de acumulação por espoliação, concentração de capital e exploração das pessoas e da natureza.

Disputas das agroecologias: frente o sistema e no interior do Estado.

Preocupadas com os níveis de cooptação que ocorrem hoje em torno da agroecologia, participaram Georgina Catacora (SOCLA, Bolívia) e Camila Montecinos (Anamuri, Chile) e estabeleceram alguns pontos de partida para continuar com a discussão política pertinente.

Do ponto de vista da CLOC, diz Camila Montecinos, “a agroecologia que promovemos, propomos e defendemos é caracterizada por uma série de elementos centrais que a definem e são necessários para disputas nesse sentido. Aqui gostaríamos de enfatizar três elementos fundamentais. A primeira é que a agroecologia é uma abordagem e uma forma de existir, fundamental para a resistência e o fortalecimento da agricultura camponesa e indígena. Todos sabemos que a agricultura camponesa e indígena hoje está sob ataque permanente, é algo que se agravou e é impossível resistir a todas essas agressões (que ocorrem a partir do capital e muitas vezes também dos Estados) se a produção não se basear numa perspectiva agroecológica”.

“O segundo elemento é que a agroecologia é hoje a única proposta de produção agrícola que permite assegurar, por um lado, a alimentação da humanidade e, ao mesmo tempo, a conservação e restauração da natureza, uma vez que o capitalismo coloca claramente em perigo a sobrevivência da vida no planeta, não apenas da vida humana, mas de toda a vida, porque está destruindo a sua base material. O terceiro elemento é que a agroecologia é um elemento central das lutas para transformar radicalmente a sociedade e superar o capitalismo.”

Nessa perspectiva, a escola continuou acumulando experiências como a de Omar Felipe Giraldo (Colômbia) que propôs alguns princípios fundamentais para a prática da agroecologia e Marcelo Fossati, que do Uruguai apresentou a experiência de recuperação de territórios e sementes com o impulso das juventudes.

A partir dessas reflexões iniciais surgiram perguntas às quais as e os participantes retomamos durante as sessões da Terceira Escola das Agroecologias do Sul. O que nos pode ser útil que venha de uma matriz de pensamento empresarial, de industrialização, de eficiência, de produção em massa, nutrida pelas ideias das empresas e empreendedores mais poderosos do



Foto: Mulher Mapuche em seu território. Colectiva Luan < Minga. Fotos livres pela soberania alimentar e o bem viver

mundo? Que ferramentas dessa matriz podem servir à agricultura que alimenta a humanidade e que afetam a agricultura não industrial que realmente alimenta? Quem são os donos da infraestrutura? De onde vem esta matriz de pensamento? Quais são os outros ataques, que se conjugam com este, aos territórios que buscam ter autonomia soberana e uma economia própria? Qual é o gasto energético? Quais são as consequências visíveis da digitalização? Quais são as formas coletivas e as formas que temos para nos relacionarmos com a terra e os territórios que habitamos? Quanto do que ouvimos é ficção e quanto é realidade ou propaganda de um campo totalmente controlado à distância com sensores distribuídos por todo o território transmitindo dados para satélites para que o agricultor (homem) possa recebê-los em seus telefones ou computadores?

Processos de formação convencionais, alternativos e emancipatórios. O bloco 2 analisou as crises e as alternativas ao modelo convencional de educação.

Perla Álvarez da Conamuri (Paraguai) nos apresentou uma crítica à educação desde a sua origem: a “educação”, o “sistema educacional”, parte do processo que foi chamado de “revolução industrial” no desenvolvimento do sistema capitalista que precisava de um mecanismo de doutrinação social para uma disciplina operária. Isto não significa que a formação não existisse antes, uma vez que a humanidade foi se desenvolvendo no tecido de experiências e saberes intergeracionais, um tecido coletivo que gerou sabedorias que mais tarde se tornaram conhecimentos estabelecidos quando sistematizados e socializados.

Mercedes Torrez compartilhou conosco um dia na IALA Ixim Ulew, incorporando elementos espirituais e culturais, as memórias, os saberes ancestrais e camponeses, a análise e o debate para gerar consciência crítica para além da ação atingindo uma formação integral reivindicadora e emancipadora.

Opressões e libertações. No terceiro bloco, abordamos a teia de opressões e desigualdades (classe, gênero, étnico-racial e etária) e propusemos um espaço para compreender como surgem e se entrelaçam as pressões sociais no contexto das crises multidimensionais que enfrentamos. Com Juana Villareyna (Fundación Entre Mujeres-Nicarágua), consideramos a tríade do colonialismo, do patriarcado e do capitalismo, que opera de forma sistemática e complexa sobre territórios e corpos. Reconhecer estes processos nas nossas relações e no funcionamento do neoliberalismo nos permite compreender o que devemos desmontar ao propor modos de vida mais justos e dignos. Refletimos sobre as espiritualidades presentes nos processos territoriais e de base, nas identidades ancestrais e locais e até na Teologia da Libertação, com a participação de Nora Tzec-Caamal (México) e Frei Betto (Brasil). Continuamos com os processos de formação para as crianças e pessoas adultas a partir da abordagem freiriana ao “sentipensar” do Fals Borda, apresentados pela coordenação político-pedagógica do IALA Paulo Freire (Venezuela) e Rosa Margarita Sánchez (México). Isso nos permitiu explorar a construção coletiva do saber, a geração de nossas próprias ferramentas de emancipação, criatividade, diálogo, acesso à informação, geração de saberes populares e a disputa pela concentração do saber.

Metodologias alternativas para territorialização.

No bloco 4 focamos na territorialização da agroecologia de raiz camponesa, revisando as bases e princípios das visões clássicas, para então apresentar e conhecer as metodologias emergentes desde as artes e feminismos comunitários até os movimentos que reivindicam metodologias e lutas populares. Os processos de “pesquisa-ação participativa” compartilhados por Nils McCune (Estados Unidos) e Luisa Preciado Urbano (Colômbia), a metodologia “camponêx a camponêx” comentada por Enrique Kolmans (Peru), José Luis Ricapa Ninanya (Peru) e Faustino Torrez (Nicarágua), “a educação popular” refletida a partir das vozes de Fabián Pachón (Colômbia) e Álvaro Anacleto (Brasil), a articulação das IALAs e a emergência de novas metodologias artísticas e feministas compartilhadas por Nancy Beatriz Antonio Miguel, Perseida Tenorio e Anahí Vásquez (México) da Agroecólogas en Movimiento; bem como Valeria Rodríguez (Chile) da Rede de Mulheres Huertera da IX Região da Araucanía, que junto com Alfonsina Rocha, Adolfo Soffia e Emilia Martínez (Uruguai) da Red Nacional de Semillas, completaram as reflexões com experiências territoriais que adaptam e reconfiguram abordagens das necessidades das juventudes e das realidades territoriais atuais.

Matías Cena Trebucq (Argentina) da Reflejar e Peter Rosset (Estados Unidos) levantaram a complexidade dos processos de formação. Assim, analisamos as ferramentas práticas para ler a realidade num espaço de diálogo em torno das nossas atitudes, enfoques e estratégias transdisciplinares. Também discutimos as ferramentas de integração que nos permitam operar e ler contextos e sistemas complexos, como as cartografias sociais críticas nas quais Laura Emmanuell (França) e Xavier León, de GRAIN (Equador), nos aportaram momentos de clareza para compreender as relações do tecido social com os territórios, atravessados por estruturas e dinâmicas de extração e poder.

Trabalhamos em “hortas educativas” junto com Laura Leguizamón (Colômbia) da Horta Urbana Mamá Coca e Juan Fontalvo (México) da Plataforma Metropolitana de Formação em Agroecologia de Xalapa, que sugeriram que construíssemos e reconstruíssemos relações entre os processos de produção de alimentos e sua utilização, sendo uma área de integração criativa e coletiva. Analisamos os “sistemas de garantias participativas e economias sociais solidárias” com Mauricio Montoya (México) e Yubisa Arredondo (Colômbia) como alternativas e ferramentas para a comercialização justa de produtos. Além disso, esses sistemas promovem a aproximação e a conexão entre os territórios rurais, periferias urbanas e cidades, baseando-se em relações de confiança e diálogos para

construir narrativas conjuntas em direção a realidades dignas e justas.

O que chamamos de colheita de toda a prática e a reflexão agroecológica camponesa e territorializada, foi abordada na “sistematização de experiências” em diálogos com Camila Torres da FENSUAGRO (Colômbia) e Ramón Vera-Herrera (México) da revista *Biodiversidade, Sustento e Culturas*, reconhecendo o que significa recuperar, coletar, cuidar, organizar e tecer relatos significativos de tudo o que vamos aprendendo – tendo sempre como horizonte a territorialização agroecológica e a soberania alimentar – para seguir fortalecendo os processos organizacionais, as capacidades comunitárias a partir do centro dos nossos processos, do nosso tecido coletivo e das nossas lutas por e pela vida.

Aprendizagens compartilhadas. A experiência da Terceira Escola de Agroecologia do Sul foi um espaço acolhedor de encontro e convivência, que nos levou a nos reconhecermos e a reafirmar nossas práticas agroecológicas em meio a um continente atolado na violência. O processo nos permitiu aprender e intercambiar análises da realidade, metodologias e resultados de nossas práticas.

Aqueles que participaram tiveram que enfrentar limitações e situações, desde aqueles que ficaram duas semanas desconectados pelo temporal devido à queda de árvores nas linhas de energia, passando pelos cuidados e acompanhamentos de entes queridos, ou os processos de luta territorial que exigiram nossa presença. Ou aqueles que buscavam formas coletivas de se reunir em cada sessão para ter acesso conjunto, incorporando inclusive a linguagem de sinais. Tudo isto com o objetivo de dinamizar e difundir os compartilhamentos e os sentimentos expressos na escola.

Cynthia Santillán (Peru) afirma que “desaprendemos muito, reconhecendo o lado humano e político que envolve a agroecologia. Surgiu uma mudança de panorama e um maior compromisso de defender e promover a partir de uma abordagem comunitária e latino-americana. Há muito que aprender e as nossas maiores professoras são a comunidade e os povos”. Da mesma forma, comparte conosco que, “a partir dos nossos espaços procuramos resgatar todas as experiências partilhadas, interligando os tempos e metodologias que podem contribuir para a melhoria do nosso território”. Juana Huitraqueo (Chile) reconhece que “esta escola nos faz sentir que com o nosso conhecimento ancestral de bem viver estamos agindo corretamente, que o nosso conhecimento não é obsoleto, como, infelizmente, já nos fizeram sentir profissionais e técnicos. Se reconhece o valor dado à diversidade em todos os sentidos.”

Uma panorâmica e muitos pontos de vista

Tecendo a palavra comum

TERCEIRA ESCOLA DAS AGROECOLOGIAS DO SUL

19

Somos Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Uruguai, Venezuela. Somos Abya Yala! Somos a América Latina, um território que vibra em cada rincão, pleno de territórios, cada um é cada um. Somos a memória viva daqueles que lutaram antes, a resistência que nunca desiste.

Em cada passo carregamos a esperança, os sonhos que iluminam nossas noites e que, a cada novo amanhecer, constroem os caminhos que traçamos ao andar.

Somos um continente em movimento, tecendo o futuro com as mãos firmes e o coração ardente.

Somos a força individual que se encontra no coletivo, na união que nos transforma.

Somos o eco das nossas vozes, que se multiplica a cada encontro, em cada emoção e pensamento compartilhados.

Somos saberes que se herdam, sabores que despertam, sementes que germinam, fazeres que transformam, pensares que libertam, sentires que nos conectam.

Somos as canções que elevam as nossas almas, as danças que narram as nossas histórias, as ancestralidades que resistem ao tempo.

Somos a pulsação daquilo que habitamos e de quem o habitamos. Somos a energia que flui nesta escola dos suís, a união do individual com o coletivo, do pessoal com o comunitário.

Somos diversidade. Somos afrodescendentes do Afro-caribe, dos Afro-andinos, da Amazônia, de pele branca ou parda e mestiços, camponesas, camponeses, de povos originários, com terras comunais ou sem terras. Somos estudantes, pós-graduandos, fazemos pesquisa, educação, somos ativistas, militantes, produzimos, trabalhamos a terra e defendemos os territórios.

Somos dissidência que existe e resiste. Somos não binárias, mulheres e homens que transitamos pela cidade e pelo campo, em subúrbios e favelas, povoados, rios, vales, selvas, montanhas, costas, ilhas, lagos e mares.

Quando nos juntamos, somos a essência de um continente diverso, que pulsa em cada rincão com nossa terra.

Somos aqueles que avivamos o fogo sagrado dos saberes. Somos pontes com cada palavra partilhada, com cada experiência que flui através de nós em mutualidade. Não apenas aprendemos. Também crescemos ao compartilhar. Porque nesta escola cada voz tem vida e cada palavra constrói o caminho da esperança e da soberania popular.

Somos palavras tecidas em comunidade, ecos que ressoam e se expandem. Somos vozes em movimento constante, construindo pontes e abrindo caminhos. Aqui, os saberes brilham e se multiplicam com a nossa presença, que é vida. Terceira Escola das Agroecologias do Sul.





LA LIGUA MONOCULTIVO PATOS Y OTRA LADEBA, EROSIÓN DEL SUELO Y DE LA BIODIVERSIDAD



RELAVES MINEROS



Destrucción de vegetación nativa especies únicas en el mundo. Su desarrollo es centenario. Casi irre recuperable.

-LAGUNA VERDE POR EL AGUA, PLAYA Y TIERRA. -VALPARAISO POR DESAPARICIÓN O AGOTAMIENTO DE ELLAS Y FALTA DE ÁREAS CULTIVABLES.

Huerto Comunitario de los Achupallas

Huerto sacaba a parq

Arredondo Ancha región nativa.

Torres de Alto Tensu U.M.A. nullo de Póide que Comunitario ALTO DEL AGUA



Huerta Sembrando RebelDía Conchalí, Santiago @huerta sembrando rebeldia



Reserva Nacional Río Clarillo

Precisamos desenvolver métodos educacionais que valorizem as experiências e saberes locais, promovam a equidade e incentivem a aprendizagem colaborativa. Assim, é possível construir uma educação mais relevante e justa, adaptada às necessidades locais, pois é a partir desta fratura que o sistema colonial poderá ser mudado. A espiritualidade permite que todas as pessoas estejam na mesma sintonia antes de iniciar qualquer tipo de atividade. Isto não tem relação com evangelizar. Trata-se mais de gerar uma instância comum onde seja possível compartilhar, refletir, gerar alguma conexão com a terra e/ou o grupo com o qual irá trabalhar. *Alex Mayne.*

Tornar visível é ser consistente no cotidiano, a agroecologia é nosso lugar de enunciação e de trabalho. A *chinampa* tornou-se um espaço onde temos trabalhado para recuperar formas coletivas de trabalho em benefício da comunidade, oficinas agrícolas, um espaço de discussão dos diferentes problemas que enfrentamos na zona *chinampera*. Enfatizamos para as pessoas a importância de cuidar dos diferentes modos de vida da *chinampa*. *Carlos Munoz.*

Temos de empreender um processo coletivo que envolva a nossa educação, a sensibilização dos outros e o trabalho ativo para transformar as estruturas que perpetuam a injustiça. É essencial reconhecer e apoiar a convergência das lutas, uma vez que as desigualdades não atuam isoladamente; muitas vezes elas se entrelaçam e se reforçam. Isto envolve adaptar conteúdos, métodos e objetivos educacionais às necessidades e realidades locais. Construir espaços vivenciais que valorizem formas produtivas únicas de relacionamento e promovam interações de solidariedade e espiritualidade onde o conhecimento para a vida emerge da partilha de alimentos, a memória biocultural emerge e se sustenta na solidariedade mútua, baseada em uma ética de vida, formas de convívio emancipado em desafio às estruturas opressivas e ao respeito pelas diversas identidades de gênero e experiências de vida. *Constança Guitiérrez.*

Reconhecer as desigualdades permite-nos ver como queremos combatê-las, como queremos sair daí, como procurar uma vida digna [...] Sentimos que a educação escolar turvou a possibilidade que tinha como estratégia de reprodução social (e mobilidade) para muitas famílias camponesas e indígenas e/ou de ambientes urbanos desfavorecidos.

Isto não nos mostra que o sistema está quebrado, mas que está funcionando da maneira como foi projetado: retirar a juventude rural dos seus territórios para

continuar a lhes impor um sistema de pensamento e ação motivado pelo capital.

Por isso é urgente mudar e ocupar espaços através de pedagogias mais amorosas e respeitadoras dos tempos e processos que conectam o ser humano com o que é verdadeiramente importante.

Por isso nos convidamos para tomar um chá de boldo, para receber a xícara quentinha com o mesmo carinho que nossas crianças recebem, nos convidamos à “agroecologia para que o prato do capitalismo não entre pela nossa boca”.

Porque onde há raiva também há muita esperança, nas ações, mesmo que sejam pequenos passos. É manter aquela luzinha lá dentro, justamente para nos mantermos juntos, aquecidos. [...]

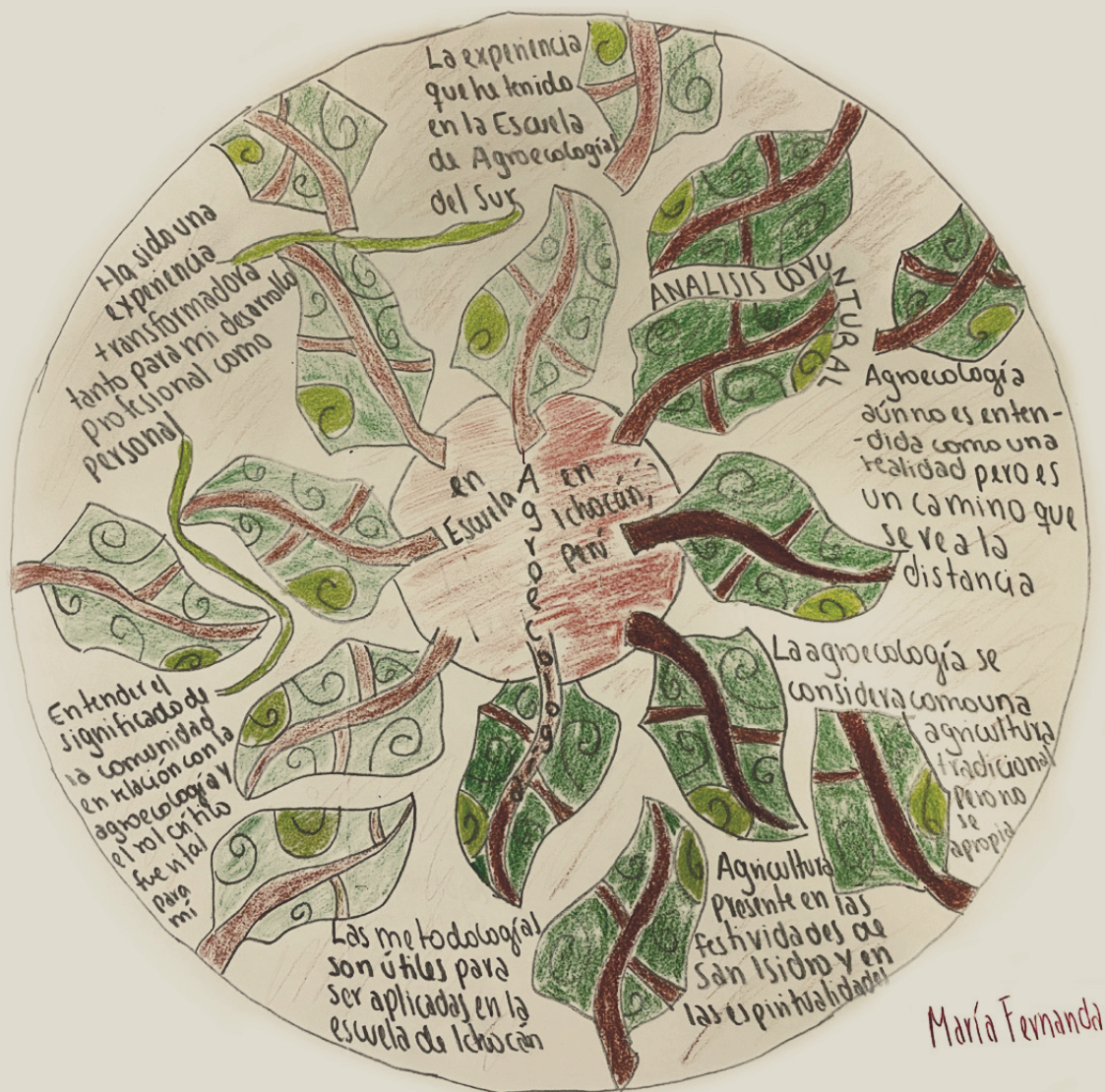
A história das nossas famílias e a forma como concebemos a vida não teriam sentido sem a natureza e o campo. Nesta construção histórica, as atividades agroecológicas estão impregnadas de uma profunda convicção na vida camponesa e na sua ética. Onde em cada comunidade e território constroem a sua própria tecnologia sob a inspiração da sua própria identidade cultural, como na experiência de semear e colher água da comunidade camponesa de San Andrés de Tupicocha, onde o ritual mágico está sempre presente.

Hoje, a maior pressão é exercida pelas explorações capitalistas do agronegócio, e também em estratégias que disfarçam com “políticas verdes” a perpetuação do atual sistema hegemônico, tentando cooptar no nível estatal qualquer solução coletiva para os problemas locais, tirando-lhe o potencial para transformação. A agroecologia é uma forma de regressar à lógica de autonomia e subsistência que as famílias, como os ilhéus, tinham há centenas de anos e deixaram de ter devido ao aparecimento do Estado no território. *Daniela Prieto Calderón.*

Temos crescido graças às autonomias e soberanias, aos espaços de troca de conhecimentos, à partilha da nossa espiritualidade andina, à alimentação com os nossos alimentos, à cura e à troca de pedagogias nos nossos territórios, e devemos isso à nossa agroecologia.

Nos reunimos no calor de um café agroecológico de sentipensar como forma de conhecimento baseada nas experiências de povos oprimidos, desafiando as formas impostas do conhecimento ocidental, disputando a compreensão do sentido da vida, superando o sentido frívolo que lhe dá a sociedade de consumo. Vamos repensar como devemos nos informar, como construir comunidade e como apoiar uns aos outros para não cair no vazio e na solidão.

Hoje a agroecologia está despertando de todos os saberes ancestrais. Aproveitamos esta condição para



Apesar dos esforços e do trabalho político organizacional que é promovido desde vários locais de proposições no território colombiano, e mais especificamente no município de Viotá, Cundinamarca, são relevantes os aspectos que dificultam o desenvolvimento da agroecologia como compromisso integral:

- * Predominância do agronegócio e da indústria agroquímica, pois detêm arbitrariamente os meios de produção no desenvolvimento da monopolização de sementes transgênicas, monoculturas e agrotóxicos.
- * Há pressão para atender a demanda nos mercados internacionais (concorrentes), o que implica que os produtores mantenham sistemas convencionais, uma vez que estão ameaçados pela grande quantidade de importações no país.
- * A luta histórica pela terra e o desejo dos proprietários de manter o status quo.
- * Camponeses e camponesas não temos terras ou não temos terras suficientes.

* A influência de grupos fora da lei cujos interesses de poder e controle sobre o território afetam a vida e os direitos das comunidades.

* A institucionalização não reconhece o saber e as práticas culturais e identitárias das comunidades camponesas. Wendy G.

Perante o desespero gerado por um sistema capitalista cada vez mais difícil de acompanhar, as populações rurais acabam por vender as suas terras para transformar a sua vida agrícola e os seus costumes numa vida de trabalho e conformação que degrada cada vez mais a sua cultura e vitalidade.

A agroecologia propõe uma nova forma de nos relacionarmos com a natureza da qual fazemos parte, convidando-nos a um relacionamento mais harmonioso e amigável com ela, com estruturas econômicas mais estáveis e justas, e políticas que passam a beneficiar o setor popular.

A chegada da agroecologia em vários espaços faz com que pessoas de qualquer setor social modifiquem sua visão de mundo e assim todos começamos a trilhar o mesmo caminho, ou pelo menos um similar. Com isto quero dizer que as pessoas que possuem terras, bem como as pessoas que querem cultivá-las, ou os espaços e organizações que querem promover a agroecologia começam a unificar os seus objetivos para e com o mundo. Assim, isto poderia mudar para algo mais harmonioso e justo. *Tineo Amigo.*

A forma como somos confrontados com as desigualdades estruturais é o isolamento. Fomos privados da capacidade de perceber nossos problemas como lutas potenciais. O capitalismo, o colonialismo e o patriarcado conseguiram nos fazer pensar que estamos fazendo algo errado, que quando olhamos para os horrores do nosso sistema, eles são problemas que causamos – ou mesmo indicadores da nossa moralidade. *Mou.*

Negar o impacto das desigualdades estruturais é a melhor estratégia para que o sistema atual se perpetue. Estas desigualdades não só nos afetam de múltiplas maneiras, mas também sustentam uma realidade que favorece a sua própria reprodução. Paradoxalmente, quem mais sofre com as desigualdades tende a ser quem acaba por sustentar esta pirâmide desigual de privilégios, devido à precariedade das suas vidas. Assim, as mesmas pessoas oprimidas, presas neste ciclo, muitas vezes acabam por perpetuar as condições que as afetam.

Os níveis de alienação gerados por este sistema são tão profundos que desligam as pessoas da vida e do bem viver, especialmente nas classes mais vulneráveis. Fomenta-se a ilusão de uma democracia que nos dá a falsa sensação de participação, evitando questionar a ordem estrutural. Esta sobreposição de desigualdades intensifica-se para aqueles que se afastam da norma hegemônica.

Portanto, essas desigualdades atingem desproporcionalmente as mulheres rurais, periféricas, camponesas, indígenas, de classe baixa, sem escolaridade ou analfabetas, bem como aquelas classificadas por sua idade, onde não se promove a transmissão geracional. Isto impede a proteção da dignidade rebelde e alimenta a raiva contra a imposição histórica. Estas desigualdades, impostas estruturalmente e em grande escala, procuram homogeneizar para dominar. Portanto, nosso primeiro passo é nos situar, focar no que está mais próximo, no que vivenciamos diretamente, como forma de resistir e seguir em frente. Situar significa dar voz ao próximo, conhecer e habitar a realidade com todas as suas qualidades e características

particulares. Só a partir daí, tecendo a partir da diversidade, poderemos caminhar em direção ao coletivo e mais amplo.

A dureza das desigualdades revela fortemente a realidade e, junto com o desejo de transformação, surge a necessidade de buscar alternativas dentro da educação popular. Esta, por sua vez, busca transformar o mundo através do reconhecimento de sua história, provocando um choque com essa realidade para compreendê-la. Só compreendendo a realidade poderemos abrir caminho à criatividade que nos permita imaginar e construir novas formas de agir e de mobilizar. Estas reflexões nos impulsionam a trabalhar coletivamente, superando o individualismo, identificando problemas comuns, fazendo um registro de contribuições e necessidades, considerando o valor do trabalho comunitário e doando tempo para o bem comum, conhecendo nossos vizinhos através de problemas compartilhados, reconhecendo e valorizando a diferença, porque avançar juntos a partir da diversidade nos fortalece muito mais do que se nos encontrarmos apenas com quem se parece conosco. *Tiare Alexandra Suazo Torres.*

Há uma linha tênue entre o que sei

e o que eu quero aprender

Existem poucos lugares onde tudo não é escuridão. Existem poucos lugares onde a implausibilidade é aceita. Existem poucos lugares onde o conhecimento é para todos.

Há uma linha tênue entre o que sei e o que quero aprender

Há espaços onde se pode falar sem ser silenciado
Há espaços onde se pode conversar sem sermos criticados

Certamente há uma linha tênue entre o que sei e o que quero aprender

Porque entre a ignorância e o ódio à terra prefiro ser mais ignorante do que odiar a terra

Sem dúvida, há uma linha tênue entre o que sei e o que quero aprender.

Porque são esses momentos que te preenchem
Porque são esses momentos que te inspiram
Sem dúvida há uma linha tênue entre o que sei e o que quero aprender

E porque são esses momentos onde podes romper a linha do quero e do que sei

Geraldine Saori Pérez Cajas

A revista *Biodiversidade, sustento e culturas* em versão digital, em espanhol, está disponível em:
www.grain.org/biodiversidad y en www.biodiversidadla.org/Revista

A Alianza Biodiversidad también produz Biodiversidad en América Latina:
<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza atualmente é composta por movimentos e organizações chave que trabalham ativamente estes temas na região:

Acción Ecológica, Ecuador (<http://www.accionecologica.org>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras (www.anafae.org
y www.redanafae.com)

BASE-IS, Paraguay (<http://www.baseis.org.py/>)

Campaña Mundial de la Semilla de Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://www.centroecologico.org.br/>)

CLOC- Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Colectivo por la Autonomía-COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

GRAIN (<http://www.grain.org>)

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colombia (<http://www.semillas.org.co>)

REDES-Amigos de la Tierra, Uruguay (<http://www.redes.org.uy>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Sites temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> y <http://www.bilaterals.org/>

A Alianza Biodiversidad convida a todas as pessoas interessadas em defender que a biodiversidade permaneça nas mãos dos povos e comunidades, a apoiar seu trabalho de articulação. Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista Biodiversidade, sustento e culturas, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a Alianza. Os convidamos a colaborar acessando a página:

http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

Henry Picado
rcbcostarica@gmail.com

